

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. n.º 3 (seção 1)
Data	3/1/2003 Pg. 35
Class.	11.01.01.00.00.00

PORTARIA Nº 176, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pelo Decreto de 13 de maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U de 6 de junho de 2001 e o item VI, do art. 95, do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e o que consta no processo nº 02022.001035/02-79, resolve:

Art. 1º Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público e em caráter de perpetuidade, a área de 16,50 HA (dezesseis hectares e cinquenta ares), na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Centro de Ecologia e Cidadania-CEC/Tinguá, a reserva denominada "RPPN CEC/Tinguá", no município de Tinguá, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade Centro de Assessoria ao Movimento Popular - CAMPO, matriculado em 21/03/01, sob número R-4-13.644, às folhas 144, Livro 5.034; registrado no Cartório de 6º Ofício de Justiça, Comarca de Nova Iguaçu, no citado Estado.

Art. 2º Determinar ao proprietário do imóvel o cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, em especial no seu artigo 8º, incumbindo-o de proceder a averbação do respectivo Termo de Compromisso no Registro de Imóveis competente e dar-lhe a devida publicidade, nos termos do § 1º do artigo 6º do mencionado Decreto.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida sujeitarão os infratores às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

(Of. El. nº 13)